

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.981 - GO (2019/0335526-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : EURIPEDES DE JESUS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : MARLENE ROSA DOS SANTOS TOMÉ
ADVOGADOS : ROGERIO ALVES MACIEL (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) -
GO048011
LAURIETE DE JESUS MOURA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) -
GO056719
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA FACULDADE
SUL-AMERICANA

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por EURIPEDES DE JESUS, fundamentado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. RÉU SOB PATROCÍNIO DA DEFENSORIA PÚBLICA DE GOIÁS. PRERROGATIVA DE INTIMAÇÃO PESSOAL OBSERVADA COM REABERTURA DE PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVAS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS FIXADOS EQUITATIVAMENTE. MAJORAÇÃO EM GRAU RECURSAL.

1. Em sendo a intimação pessoal prerrogativa legal conferida aos membros da Defensoria Pública (artigo 5º, § 5º, da Lei n.º 1.060/1950 e artigo 128, I, da Lei Complementar federal nº 80/1994), enseja a nulidade dos atos processuais praticados sem a observância da regra legal.

2. No presente caso, fora oportunizado ao réu (com a reabertura do prazo), por meio de seu causídico (defensor público), manifestar-se sobre o desejo em produzir provas, com a devida intimação pessoal eletrônica do advogado ("intimação LIDA").

Todavia, este compareceu no feito, discorrendo sobre coisas outras, mas não dizendo sobre a intenção de produzir provas. Assim, vê-se que a parte requerida/apelante não ficou prejudicada, pois lhe foi dada a oportunidade de manifestação.

3. Somente caracteriza cerceamento do direito de defesa o julgamento antecipado da lide que não oportunizou a produção de provas, o que não é o caso dos autos, pois, o réu, intimado a manifestar o seu desejo de produção de provas, quedou-se inerte.

4. Tendo em vista que a condenação foi em valor ilíquido, se referindo à dívidas, juros etc., a estipulação dos honorários advocatícios é feita de forma equitativa (§8º do artigo 85 do CPC).

5. De consequência, com o desprovimento do apelo, majoram-se os honorários recursais em R\$ 200,00 (duzentos reais), totalizando R\$ 1.200,00

(mil e duzentos reais), nos termos do artigo 85, §11 do CPC, devendo ser observado o §32 do artigo 98, em razão do recorrente ser beneficiário da justiça gratuita. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.

Em suas razões de recurso especial (fls. 233/242, e-STJ), o recorrente aponta violação aos artigos 128, I, da Lei Complementar 80/94 e 186, § 1º do Código de Processo Civil, "pois não foi observada a intimação pessoal da Defensoria, com remessa dos autos para que pudesse apresentar a contestação".

Contrarrazões às fls. 667/679, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 699/670, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso especial.

Daí o agravo (fls. 737/767, e-STJ), buscando a agravante o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 911/922, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não prospera.

1. No que diz respeito à ausência de intimação pessoal da Defensoria Pública para apresentação de contestação, a Corte local consignou, *in verbis* (fls. 191/192, e-STJ):

Analizando os autos, que primeiramente eram físicos, observa-se que, por meio de decisão de fls. 27/32, **fora determinada a citação do réu e designada audiência de conciliação, com a seguinte ressalva: "ficando desde já ciente que, caso não haja acordo, do referido ato se iniciará o prazo para apresentar defesa"**.

Em seguida, verifica-se do "termo de sessão de conciliação", que na data de 26/09/2016, **a audiência foi realizada, porém a conciliação foi frustrada e que ambas as partes, autora e réu, compareceram, inclusive o requerido/apelante Eurípedes de Jesus assinou o referido termo.**

Posteriormente, em 17/10/2016, o requerido comparece, por meio de defensor público (fl. 38) pugnando por vista pessoal e prazo em dobro para apresentação da defesa. Todavia, nota-se que o prazo para o protocolo da contestação já estava correndo desde a data da audiência (26/09/2016), já que o réu compareceu naquele ato, sendo que, quando o defensor público se manifestou, ainda havia prazo para apresentar defesa, entretanto este não o fez.

Contudo, o ora recorrente não se desincubiu do ônus de impugnar os referidos fundamentos, como manda o princípio da dialeticidade, apenas cingindo-se a repisar os argumentos exarados em sede de apelação e a afirmar a ocorrência de prejuízo, **alegações de sua vez dissociadas dos referidos fundamentos do acórdão recorrido**, incidindo, na espécie, por analogia, as Súmula 283 e 284 do STF.

Em outras palavras, verifica-se que o recorrente deixou de infirmar fundamentos do acórdão recorrido **suficientes para sua manutenção**; incidindo, na espécie, por analogia, a Súmula 283 do STF, *in verbis*: **É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso**

não abrange todos eles.

Conforme já decidiu o STJ, "à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge" (AgRg no Ag 1.056.913/SP).

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO
CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU
PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

[...]

5. A subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, e a apresentação de razões dissociadas desse fundamento, impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1656284/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA
TURMA, julgado em 11/11/2019, DJe 19/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM PEDIDO
DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E INDENIZAÇÃO.
PRECARIEDADE NA COMPROVAÇÃO DO INADIMPLEMENTO.
AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO
DÉBITO. NEGÓCIO REALIZADO EM 1999, COM AS PRIMEIRAS
PROVIDÊNCIAS PARA COBRANÇA REALIZADAS APENAS EM
2013. INCIDÊNCIA DA SUPRESSIO. FUNDAMENTOS NÃO
ATACADOS. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. CONCLUSÃO ACERCA
DA APLICAÇÃO DA SUPRESSIO. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO
NÃO PROVIDO.

1. Ao examinar o feito, o Tribunal local concluiu que, diante da precariedade de provas da constituição do débito, do longo decurso de tempo entre o suposto inadimplemento e a tomada de providências para cobrança dos réus, ocasionaram a incidência da "supressio". Todavia, tais fundamentos autônomos e suficientes para a manutenção do acórdão recorrido não foram rebatidos pelo recorrente em seu apelo especial. Desse modo, verifica-se a falta de impugnação objetiva e direta ao fundamento central do acórdão recorrido, o que denota a deficiência da fundamentação recursal, a fazer incidir, no particular, as Súmulas 283 e 284 do STF.

[...]

(AgInt no AREsp 1500950/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,
QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019)

Ainda que assim não fosse, "Observados os princípios da instrumentalidade e da economia processual, uma vez atendida a finalidade da norma positivada no art. 38 da LC 73/93 e, principalmente, ante a ausência de efetivo prejuízo para a recorrente, não há falar em nulidade por falta de intimação pessoal. A declaração da nulidade dos

Superior Tribunal de Justiça

atos processuais depende da demonstração da existência de prejuízo à parte interessada, conforme dispõe o art. 249, §1o. do CPC, o que, de fato, não ocorreu no presente caso, consoante expendido pelo Tribunal de origem." (AgRg no REsp 1426995/CE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/10/2014, DJe 14/11/2014).

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI

Relator